

AUTOGESTÃO SOCIAL e LUTAS SOCIAIS

*leonardo venicius parreira proto**

* Bacharel e licenciado em História pela PUCGO, especialista em Adolescência e Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta (FAJE) de Belo Horizonte, mestrando em História pela UFG/bolsista da CAPES e coordenador do curso de História da UEG/UnU Iporá.

concepção teórica da autogestão social

A definição de conceitos abstratos parte das necessidades reais, concretas, dos indivíduos. Na concepção marxista, a consciência da realidade só é possível mediante a historicidade desses mesmos indivíduos, no processo de formação social, na medida da constituição das relações sociais de produção dos mesmos.

Tendo como fundamento essa lógica de formação sócio-histórica, evidenciam-se na constituição do sujeito suas contradições e também processos de superação dessas contradições nas experiências de ruptura social e do sistema.

Assim, para clarear melhor nossas idéias é necessário trabalharmos com a definição de alguns autores para explicar a própria constituição histórico-social do termo em razão da polissemia conceitual em que o mesmo está circunscrito. Deteremo-nos em poucos autores nesse primeiro “movimento” do texto (para aprofundar o conceito de autogestão social como uma “expressão teórico-política do proletariado”) (VIANA, 2007).

A consciência revolucionária do proletariado é a autoconsciência das contradições da sociedade burguesa e da necessidade de sua abolição e substituição por uma nova sociedade fundamentada na autogestão social (VIANA, 2007, p. 37).

A partir dessas considerações da abordagem e perspectiva política do termo autogestão social, entendemos o conceito como realização

da práxis da classe trabalhadora. Mas, para continuarmos nossa discussão perguntamos: o que é autogestão social? Em autores como Guilherm e Bourdet (1976), Massari (1977), Tragtenberg (1989) e Viana (2007;2008), a concepção está diretamente associada às novas relações sociais de produção, com a eliminação do sistema capitalista e a produção de uma nova forma de relação social: o comunismo.

De forma ampla, esses autores vão a essa definição. Cabe agora, trabalhar suas particularidades textuais. Para Guilherm e Bourdet (1976), o termo está vinculado à sua própria condição de historicidade. Sua produção como conceito e prática está historicamente situado no contexto da Guerra Fria, em uma sociedade iugoslava, para dissociar sua experiência socialista do regime soviético sob a tutela de Stálin.

A palavra autogestão foi introduzida em França para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura com o stalinismo. Mas na própria Iugoslávia, o sistema de autogestão não era tido como uma inovação; ao contrário, como um retorno ao marxismo autêntico, pervertido pelo stalinismo¹ (GUILHERM e BOURDET, 1976).

Essa noção conceitual de autogestão social está fundada sob os alicerces dos equívocos cometidos pela experiência da Revolução Russa de 1917 e suas inconsistências teóricas na interpretação do chamado marxismo original. Como dito já anteriormente, a autogestão social para existir supõe a superação das relações sociais de produção existentes, inclusive aquelas denominadas de “esquerdas revolucionárias” ou vanguardas, como bem expresso na assertiva leninista.

¹ O debate teórico expresso na definição marxismo autêntico parte do pressuposto do marxismo que está ligado à leitura mais autêntica do próprio Marx, sem deformá-lo, ao fato de o marxismo é entendido como “expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado” – tal como apresentado por Korsch (2008) – e o pseudomarxismo ser um falso marxismo apropriado e deformado por outras classes sociais. Marx representou a primeira manifestação do marxismo e por isso a leitura correta de sua obra também manifesta o marxismo autêntico – veja “Marxismo e Filosofia”, Korsch; O Que é Marxismo (2008), assim como o fizeram as experiências “ditas” de marxismo da social-democracia, do bolchevismo, do leninismo, do trotskismo e stalinismo, só para citar algumas correntes do denominado pseudomarxismo, assim como o define o pensador e militante Nildo Viana (2008).

As necessidades e desejos são dois elementos da síntese da condição social dos sujeitos históricos, portanto, produzida de acordo com suas relações. Elementos esses fundamentais para a superação da sociedade de classes. Porém, a proposição e enfrentamento social para a supressão da estratificação social têm como sujeitos históricos e determinados a classe operária.

É o proletariado, como portador da condição de produtores, trabalhadores que lutarão e irão aniquilar as forças de supressão e contenção do trabalho alienado, rumo à sua liberdade, ou seja, às suas reais necessidades materiais de sobrevivência por meio do trabalho livre.

O que permite dizer que a autogestão moderna, longe de ser um simples movimento de idéias praticado por algumas “comunidades”, é o movimento por excelência da classe operária. Ora, esse movimento tem-se exprimido maciçamente através de uma teoria precisa, a de Marx. [Sendo assim], (...) “o proletariado só é revolucionário quando tende a abolir o trabalho assalariado, e não a geri-lo (GUILHERM e BOURDET, 1976, p. 32).

O esforço teórico, nesse trabalho, é compreender e explicar a autogestão social no conjunto de relações, feitas e pensadas por um coletivo de sujeitos que ao criticarem a lógica vigente, a entendem como consequência de um processo histórico de dominação e expropriação da autonomia do ser humano. Logo, a autogestão é uma práxis política e a partir de uma classe social determinada: o proletariado. Não é possível dissociar teoria e prática da condição dos sujeitos, verificando aí a exata noção de ser humano e seus movimentos práticos e teóricos.

Esse conceito de proletariado, nós o tentamos construir, concebido não somente como “produtor”, mas, segundo os próprios temos de Marx, como “universal concreto”, “ser humano genérico”; do mesmo modo que o conceito antagônico de burguesia capitalista, concebido não somente como “exploradora”, mas como “produtivista” (GUILHERM e BOURDET, 1976, p. 33).

Essa consciência da práxis do sujeito e de uma redefinição mais acertada do próprio conceito de proletariado, a partir de Marx, nos fornece uma ampliação das forças sociais que estão situadas no campo conceitual de proletariado. Como classe em formação, os diversos grupos, ditos numa linguagem sociológica mais contemporânea, como os marginalizados e despossuídos, estão nessa conceituação contemplados.

Com efeito, Marx não adotou por acaso a palavra “proletariado”. Sabemos que proletariado significa em latim “aquele que nada tem além de seus filhos”, entendido na acepção daquele que está desprovido de tudo, não somente de qualquer propriedade (e entre os romanos o poder político implicava a propriedade), mas de qualquer poder sobre sua vida (GUILHERM e BOURDET, 1976, p. 39).

Estes mesmo autores, Guilherm e Bourdet (1976), conseguem fazer uma análise lúcida a respeito de mesmo na condição de classe trabalhadora, a consciência advinda de uma realidade concreta enfrentará os ditames das forças do capitalismo, a começar, por exemplo, segundo os mesmos na inculcação do processo de escolarização da juventude, como possibilidade real de

qualificar essa mão-de-obra no sentido de preparar técnicos para gerir e administrar o capital e reproduzir seus valores.

O alcance da capacidade crítica e formulação e militância por uma nova realidade a ser construída, aqui estamos falando da autogestão social, somente será viável com o autogoverno, com a autonomia dos proletários e com o fortalecimento da luta de classes em sentido de negar práticas de dominação.

A negação da burguesia não se dará pelos pés e mãos de seus agentes, mas pela auto-organização-gestão dos/as espoliados/as.

Segundo Roberto Massari (1977), apoiado pela teoria de Marx, considera a autogestão um processo a ser realizado pelos agentes interessados, obviamente, todos/as aqueles/as, segundo a exploração de seu trabalho. Para Massari,

No existe para Marx una conciencia del comunismo a inventar y comunicar al proletariado (es decir, una idea que permite hacer de el un sujeto material), sino, por el contrario, existe un elemento real, una fuerza social (potencial) que debe descubrirse por sí sola en cuanto tal, para poder tomar conciencia de las propias posibilidades y de la propia alternativa (1977, p. 78).

Massari (1977) insiste bastante na idéia do próprio Marx da formação da emancipação da classe trabalhadora por ela mesma, sendo capaz de formular um projeto societário alternativo, tendo como eixo fundamental a auto-organização social.

A livre associação dos/as produtores/as é um item de incorporação das forças sociais contra a permanente insistência ou inculcamento ideológico da burguesia e de suas classes auxiliares² no sentido de realizar a supressão da auto-organização em nome da burocracia, do estatismo e dos mecanismos da heterogestão. Essa é uma expressão recorrente na obra de Viana (2008), compreendendo as

2 Para compreendermos melhor essa noção, Viana (2008), dirá o seguinte: “O que é burocracia? É uma classe auxiliar da burguesia. A classe capitalista ao drenar a produção de mais-valor acaba tendo que realizar a repartição do que foi extorquido do proletariado. Além dos gastos de produção e com os salários dos trabalhadores, a burguesia transfere parte do mais-valor para o Estado e para sustentar suas classes auxiliares. Estas executam trabalho improdutivo, isto é, são trabalhadores assalariados improdutivos, não produzindo mais-valor e tendo sua renda adquirida através do processo de exploração do proletariado, através do salário pago pelo Estado ou por empresas capitalistas. A burocracia estatal, os agentes que fazem a máquina do Estado funcionar, bem como outros setores da burocracia (empresarial, partidária, sindical etc.) é uma classe social auxiliar da burguesia, executando o papel de controlar o proletariado, amortecer os conflitos sociais e reproduzir a exploração” (p. 26).

classes que auxiliam no processo de dominação, em nosso caso específico, e a partir da modernidade, a burguesia em formação e consolidação³.

Em síntese, na fundamentação a respeito de uma teoria da autogestão social, concordamos com a definição explícita de Viana (2008) sobre esse conceito. Para ele,

O comunismo só pode ser compreendido como autogestão social. A autogestão surge no processo de produção e deve se expandir para todas as outras esferas da vida social abolindo tanto o mercado (“lei do valor”) quanto o estado. A autogestão é, assim, uma relação de produção e não como nas ideologias burguesas, mera forma de gestão de empresas, ou simplesmente democracia direta (VIANA, 2008, p. 78).

3 Outro autor a abordar com incisão essas denominadas classes auxiliares é o marxista russo Makhaiski (1981) ao fazer crítica contundente à separação entre o trabalho intelectual e manual, enfatizando na figura do intelectual como aquele que não expropria diretamente o trabalho do operário, mas o faz indiretamente, ao ser sustentado pela burocracia estatal, de onde advém o financiamento para pagar por seus préstimos, sabendo que o lucro, na realidade fora retirado do trabalho operário e não do patrão ou sua representação política, no caso, o estado.

A concretização da autogestão social como nova forma de viver pressupõe um processo de revolução social generalizado, com ampla densidade de formação de conselhos de base, sejam eles nas fábricas, nos bairros, nas comunidades ou nos ditos movimentos sociais com suas demandas específicas, mas que em hipótese alguma, podem suprimir a generalização da totalidade dessas novas relações sociais (VIANA, 2008).

Maurício Tragtenberg também sistematizará e politizará em sua militância a real possibilidade de pensar e fazer a experiência da autogestão social. Irá, em seus textos, insistir na perspectiva do proletariado como o sujeito **sine quo non** do desenvolvimento teórico e prático na constituição de um novo significado político para a história dos/as trabalhadores/as.

A autogestão não é um objetivo da sociedade capitalista, seja na forma do capitalismo privado, seja na forma livre-concorrencial, monopolista ou estatal. Ela significa que o proletariado e os assalariados em geral gerem por si mesmos suas lutas, através das quais se conscientizam de que podem administrar a produção e criar formas novas de organização do trabalho. Em suma, que podem colocar em prática a “democracia operária”. O predomínio da autogestão nos campos econômicos, social e político manifesta-se sempre que os trabalhadores aparecem como sujeitos revolucionários (TRAGTENBERG, 1989, p. 09).

As lutas operárias tem como fim último a dissipação da divisão social do trabalho, abolindo-a da estrutura social como princípio para instaurar uma nova formulação no campo da organização e inserção dos indivíduos, por meio da intensificação e da bandeira de extinção da hierarquização das forças sociais (TRAGTENBERG, 1989).

Para Tragtenberg, “a luta operária é revolucionária pelas formas de auto-organização que cria, igualitárias, coletivas, onde as relações de hierarquia verticais, a submissão ou a dependência estão excluídas” (1989, p. 10). É com esse sentido de ruptura das relações sociais de produção capitalistas, que os/as trabalhadores/as precisam e devem criar condições de sociabilidade para facilitar suas lutas e intensificar a mobilização da classe proletária em um projeto de sociedade anti-capitalista.

as lutas sociais na perspectiva do proletariado

Uma das formas de manifestação de ruptura do sistema de exploração é exatamente a unificação do proletariado em defesa da prática revolucionária. Para os/as trabalhadores/as faz-se condizente reunir todas as lutas sociais em prol da classe contra quaisquer tentativas de corrupção ou mesmo cooptação pelas estruturas dogmáticas da burocracia estatal ou privada.

Em Tragtenberg (1989) e Makhaiski (1981) discute-se a função do salário como mecanismo de cooptação e acomodação das classes auxiliares da burguesia, adequada sobremaneira tanto à burocracia como à **intelligentsia**, ou seja, os intelectuais. Para efeito de crítica e tomada de posição contrária a estruturação da esfera social estratificada é fundamental a associação livre dos/as operários/as, para reagirem às condições da heteronomia.

A associação constitui o espaço de luta operária contra a burguesia, daí a importância de se manter esse movimento como real e autônomo. Ele provoca a crise das instituições dominantes e do salariedade, defrontando-se com o estado capitalista ou com o “estado socialista” nova definição do capitalismo de estado. (...) Uma luta da classe operária inicia-se em razão de interesses imediatos, desdobrando-se, em seguida, numa luta revolucionária de desenvolvimento da associação no sentido de uma sociedade sem classes
(TRAGTENBERG, 1989, p. 11).

Os enfrentamentos sociais são claros e orientados no sentido da exigência de rompimento com o capitalismo. Às mediações dentro de uma estrutura qualquer, seja ela institucional, profissional, de

caráter privado impede muitas das vezes reconhecer dois fundamentais elementos de “visibilidade” do capital: a divisão social do trabalho e o salariado.

Nesse ínterim da reflexão, Makhaiski apresenta que:

Os operários não separam este ideal da realidade de seus próprios interesses de classe. O movimento proletário não defende senão as pessoas condenadas ao trabalho físico servil. Sua meta é a emancipação.
(MAKHAISKI, 1981, p. 95).

A luta social do proletariado na perspectiva de superação do capitalismo deve “minar” as bases de funcionamento dessa lógica sistêmica, por meio da divisão social do trabalho, que cria as condições da especialização do trabalho, objetivando uma verticalização dessas relações na esfera do campo da produção, repassado como forma ideológica de manutenção da ordem social, do **status quo**.

Essas bases de hierarquização social, advinda dos níveis de exploração e distinção sociais devem ser combatidas pela classe proletária em razão da práxis emancipatória, num esforço coletivo de combater a instalação do modo de produzir capital, na sua forma generalizada, pois o mesmo modo de produção circula ora livremente, ora por coordenação do estado capitalista, organizador das bases de produção.

O objetivo da luta proletária internacional é a supressão da base de dominação moderna, que o socialismo científico reconhece como sagrada; da base econômica da sociedade de classes que transmite a herança da humanidade às mãos da sociedade cultivada dominante, permitindo-lhe legar, de geração em geração, unicamente a sua descendência,

a ela entregando-lhe a detenção de todos os conhecimentos humanos, de toda a cultura, quando milhões de outros homens se transformam em escravos hereditários, condenados ao trabalho físico forçado (MAKHAISKI, 1981, p. 92).

Os/as trabalhadores/as com objetivos revolucionários e práxis de alteração do processo de dominação intensificado pelo universo burguês não pode ser ingênuo quanto aos mecanismos de supressão das lutas operárias; mas ao mesmo tempo necessitam reunir os diversos grupos e suas necessidades específicas, particulares no enfrentamento da luta revolucionária.

Para Viana,

A unificação da esquerda revolucionária e dos movimentos sociais é outro fator fundamental para tornar este bloco revolucionário um movimento que tenha força não apenas para combater o reformismo [tese de mudança para simples acomodação do **status quo**], mas para sustentar um apoio real e poderoso a todos os confrontos particulares com a burguesia e o estado capitalista (VIANA, 2008, p. 52).

Há duas formas objetivas de organização, com desdobramentos, especificidades e posições teórico-políticas antagônicas, movidas pela contradição social. Uma organização operária e outra capitalista. Ambas as organizações articulam-se em coletivos e desenvolvem suas dinâmicas. Os proletários organizados movem-se na direção de cisão do sistema; já os capitalistas promovem uma articulação para integração do sistema.

Nesse texto, a ênfase é discutir como a expressão da luta coletiva

imprime força e temor aos redentores do capital. Não há possibilidade de ruptura concreto-real sem a atitude de sair do isolamento individual para tomar consciência com outros/as das seqüelas da alienação e coisificação do trabalho humano. “A tomada de consciência ocorre quando o trabalhador rompe o isolamento, cria uma forma coletiva de expressão” (TRAGTENBERG, 1989, p. 18).

A energia envolta na coletividade e sua luta por emancipação exigem um alto grau de rigor a título de não se abater com a organização do não-produtor, que querendo ou não consegue com seu poder político, financeiro e cultural, imprimir a “marca” da falsa consciência da realidade (MARX e ENGELS, 2002), nos hábitos mentais daqueles/as reais produtores e sustentadores do parasitismo da classe dominante.

O mercado mundial, criado pelo capitalismo já em sua época monopolista, integra o trabalhador e sua família, subordinando-os a esse mercado. O homem existe para o mercado, seja como produtor direto seja como consumidor. (...) Essa internacionalização das relações de produção capitalistas produz, conseqüentemente, a necessidade da organização operária a nível internacional (TRAGTENBERG, 2002, p. 18).

Ao desenvolver essa intencionalidade da prática teórico-política, em generalização das lutas do operariado em escala internacional, é imprescindível destacar à idéia da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), bastante conhecida nas esquerdas como a Internacional Comunista. Essa foi uma organização das lutas operárias a partir do século XIX, iniciada por Marx, os anarquistas, os blanquistas etc. na contingência do movimento real dos/as trabalhadores/as naquele contexto e a partir dele adentrando as

outras internacionais, a II e III, no século XIX e XX, respectivamente, e suas variações teórico-político em meio às esquerdas⁴.

Havia no interior da Internacional, fundada por uma razão de unificar as lutas sociais do proletariado, uma não hegemonia no sentido dos debates diferenciados em torno dos problemas do sistema, que inicialmente, segundo Guilherm e Bourdet (1976), fora um espaço primeiro de estudos e debates de educação da classe operária.

O pensamento socialista dentro da Internacional foi desde sua incipiência marcada por perspectivas teóricas distintas na compreensão a respeito da efetivação da autogestão social enquanto modo de ser e viver o comunismo.

Marxistas e proudhonianos (Tolain) entrariam em conflito no seio da Internacional, sobre problemas relativos à autogestão, no Congresso de Bruxelas (1868).

Curiosamente, a discussão não incidiu no problema essencial: o destino das empresas industriais socializadas – cada adversário pondo-se de acordo, Tolain sobre sua coletivização, Marx sobre a gestão pelos operários –, mas quanto à sorte da propriedade da terra. Os proudhonianos, a esse respeito, queriam deixar a terra aos pequenos camponeses; os “marxistas” conseguiram maioria com uma fórmula pelo menos “estatista”, invocando a necessidade social da “entrada do solo arável na propriedade coletiva do Estado (...) Mas a oposição Marx-Tolain não sobressaiu pelo voto de uma moção. A vitória de Marx foi determinada por dois acontecimentos que se produziram no seio da classe operária (GUILHERM e BOURDET, 1976, p. 33).

4 Cabe salientar as disputas dos grupos de esquerda ou pseudo-esquerdas (como enfatiza Nildo Viana em suas análises) e suas diferenças de manifestação e compreensão do marxismo, por exemplo, como é o caso da social-democracia alemã, do bolchevismo russo e suas seguintes filiações: leninismo, trotskismo e stalinismo, na experiência concreta do capitalismo de estado da chamada URSS.

Os acontecimentos, nos quais o texto de Guilherm e Bourdet (1976) dão ênfase, estão relacionados ao descrédito de Tolain junto aos trabalhadores franceses, segundo uma aproximação de sua prática e idéias com o reformismo; e já outro acontecimento, explicita-se os conflitos do anarquista Bakunin envolto aos trabalhadores de relógios na Suíça, além é claro, de sua não crítica efetiva ao problema fundamental naquele debate quanto às concepções de estado.

Hobsbawm (2000) em sua análise historiográfica sobre as revoluções de 1789 a 1848, quanto à percepção acerca do comunismo, caracteriza-o como “apenas” um espectro, temido pela burguesia e exorcizado pela mesma. Encontra na razão iluminista o sentido emancipatório da humanidade, de toda ela, independente da condição de classe social, de fato, corroborando em sua leitura da universalização da autonomia dos indivíduos, como se fosse possível sem travar uma luta no interior da própria sociedade já estratificada, mesmo ela tendo passado por momentos de mudança (e aqui não tenho intenção de chamá-los de processos revolucionários, como insiste o autor).

Não é propriamente correto chamarmos o iluminismo de uma ideologia da classe média, embora houvesse muitos iluministas – e foram eles politicamente decisivos – que assumiriam como verdadeira a proposição que a sociedade livre seria uma sociedade capitalista. Em teoria seu objetivo era libertar todos os seres humanos. Todas as ideologias humanistas, racionalistas e progressistas estão implícitas nele, e de fato surgiram dele. Embora na prática os líderes da emancipação exigida pelo iluminismo fossem provavelmente membros dos escalões médios da sociedade, embora os novos homens racionais o fossem por habilidade e mérito, e não por

nascimento, e embora a ordem social que surgiria de suas atividades tenha sido uma ordem capitalista e “burguesa” (...) É mais correto chamarmos o “iluminismo” de ideologia revolucionária (...) Pois o iluminismo implicava a abolição da ordem política e social vigente na maior parte da Europa (HOBSBAWM, 2000, p. 38).

Qual é o problema nessa análise do autor, considerado como um dos “representantes oficiais” do marxismo contemporâneo, sobretudo a partir da década de 1970? Nesse pensamento de Hobsbawm está impresso uma leitura problemática em termos do marxismo original, pois apresenta a ideologia do iluminismo como revolucionária, novamente aqui se observa sua leitura dissociada da luta de classes, como se os chamados extratos médios da sociedade quisessem de fato e propusessem uma ruptura com o capitalismo.

A historiografia de Hobsbawm e aquilo que chama de processos revolucionários está próxima de uma abordagem academicista do marxismo, perspectiva essa que se aproxima mais da institucionalização do marxismo em âmbito da evolução da própria ciência humana. Nessa crítica, Viana (2008) faz uma argumentação teórica a respeito do marxismo autêntico, original e do falso, pseudomarxismo em suas várias vertentes.

Todas as formas de pseudomarxismo acadêmico rompem com o caráter revolucionário e libertário do marxismo e, portanto, são expressões de ideologias burguesas ou de suas classes auxiliares, que nada acrescentam á luta operária, pelo contrário, são entraves na maioria dos casos, só tendo utilidade em questões pontuais ou ocasionais. Os representantes destas tendências são os degenerados do

pensamento de esquerda, expressando não os interesses da emancipação humana e sim os interesses da reprodução da miséria humana em benefício de uma minoria na qual eles se incluem ou querem se incluir (VIANA, 2008, p. 60).

Assim, como pudemos observar, o processo das lutas sociais autênticos e radicais quanto ao rompimento da lógica de dominação social, baseada numa moral meritocrática, somente é possível com a coletivização das lutas engajadas pelo proletariado, pois é essa perspectiva a única a produzir no conjunto das contradições sociais, elementos da existência dos indivíduos e da consciência dos mesmos em produzir uma nova condição materialista histórica (MARX e ENGELS, 2002), a autogestão social.

referencial

GUILLERM, Alan & BOURDET, Yvon. **Autogestão: Mudança Radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 789–1848**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MASSARI, Roberto. **Teorias de la Autogestion**. Madrid: Zero, 1977.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

TRAGTENBERG, M. (org.). **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo, **enfrentamento**. goiânia: ano 5, n. 9, jul./dez. 2010.

Brasiliense, 1981.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o Socialismo**. 3 ed. São Paulo, Moderna, 1989.

VIANA, Nildo. **A consciência da História – Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

_____. **Escritos metodológicos de Marx**. Goiânia: Alternativa, 2007.

_____. **O fim do marxismo e outros ensaios**. São Paulo: Giz Editorial, 2007.

_____. **Os valores na sociedade moderna**. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. **O que é o marxismo**. Rio de Janeiro: Elo Editora, 2008.

_____. **Manifesto autogestionário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

_____. **O que é o marxismo**. Rio de Janeiro: Elo Editora, 2008.